

*HUMBERTO ÁVILA*

***TEORIA DA  
SEGURANÇA JURÍDICA***

*3ª edição,  
revista, atualizada e ampliada*

 **MALHEIROS  
EDITORES**

## **TEORIA DA SEGURANÇA JURÍDICA**

© HUBERTO ÁVILA, 2011

1ª edição, 07.2011; 2ª edição, 05.2012.

ISBN 978-85-392-0255-3

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495  
URL: www.malheiroseditores.com.br  
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa*  
Criação: Vânia Lúcia Amato  
Arte: PC Editorial Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ávila, Humberto

Teoria da segurança jurídica / Humberto Ávila. -- 3.  
ed. -- São Paulo, SP : Malheiros Editores, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-392-0255-3

1. Direito constitucional tributário 2. Direito  
tributário 3. Estado de Direito 4. Segurança  
jurídica I. Título.

12-07429

CDU-342:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança jurídica : Direito constitucional  
tributário 342:336.2

**Impresso no Brasil**  
*Printed in Brazil*  
07.2014

**SUMÁRIO**

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Prefácio do Prof. Dr. ALCIDES JORGE COSTA .....                                                                    | 9  |
| Prefácio do Prof. Dr. ALMIRO DO COUTO E SILVA .....                                                                | 11 |
| Prefácio da Edição Espanhola, do Prof. Dr. JORDI FERRER BELTRÁN .....                                              | 15 |
| Prefácio da Edição em Inglês ( <i>Theory of Legal Certainty</i> ), do Prof. Dr. JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO ..... | 19 |
| Prefácio da Edição em Inglês ( <i>Theory of Legal Certainty</i> ), do Prof. Dr. RICCARDO GUASTINI .....            | 21 |
| Agradecimentos .....                                                                                               | 27 |
| Nota à 3ª edição .....                                                                                             | 31 |
| Nota à 2ª edição .....                                                                                             | 33 |
| Abreviaturas .....                                                                                                 | 43 |
| <b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b>                                                                                 |    |
| 1. Justificativa (ou por que (in)segurança jurídica?) .....                                                        | 47 |
| 2. Objeto (ou em que sentido será examinada a segurança jurídica?) ...                                             | 88 |
| 3. Método (ou sob que perspectiva será analisada a segurança jurídica?)                                            | 90 |
| 4. Plano (ou como será feita a análise da segurança jurídica?) .....                                               | 97 |

---

**PRIMEIRA PARTE**  
**DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA**

---

|                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>TÍTULO I – SIGNIFICAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE PODE SIGNIFICAR SEGURANÇA JURÍDICA?) .....</b> | <b>111</b> |
| Capítulo 1 – SEGURANÇA NÃO-JURÍDICA .....                                                                 | 115        |
| Capítulo 2 – SEGURANÇA JURÍDICA                                                                           |            |
| Seção 1. Segurança como elemento definitório .....                                                        | 120        |
| Seção 2. Segurança como fato .....                                                                        | 122        |
| Seção 3. Segurança como valor .....                                                                       | 122        |
| Seção 4. Segurança como norma-princípio .....                                                             | 123        |
| Seção 5. Aspectos finalísticos – O estado de coisas a ser promovido                                       |            |
| § 1º. Aspecto material (qual é o conteúdo de segurança jurídica?)                                         |            |
| 1 – Os sentidos da palavra “segurança”                                                                    |            |
| A) Quanto ao fim                                                                                          |            |
| A-1) Em perspectiva estática e atemporal: determinação vs. cognoscibilidade .....                         | 136        |

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A-2) Em perspectiva dinâmica e intertemporal                                                               |     |
| a) Com vista ao passado: imutabilidade vs. confiabilidade                                                  | 138 |
| b) Com vista ao futuro: previsibilidade vs. calculabilidade                                                | 139 |
| B) Quanto ao fundamento                                                                                    |     |
| B-1) Segurança como resultado da ideia de Direito                                                          | 140 |
| B-2) Segurança como produto do Direito Positivo                                                            | 142 |
| II – Os sentidos da palavra “jurídica”                                                                     |     |
| A) Quanto à referência ao “Direito”                                                                        | 142 |
| B) Quanto ao sentido de “Direito”                                                                          | 150 |
| § 2º. Aspecto objetivo (segurança jurídica do quê?)                                                        |     |
| I – O objeto da segurança jurídica                                                                         |     |
| A) Segurança normativa                                                                                     |     |
| A-1) Segurança das normas                                                                                  | 152 |
| a) Segurança do ordenamento jurídico                                                                       | 152 |
| b) Segurança de uma norma                                                                                  | 154 |
| A-2) Segurança da aplicação das normas                                                                     | 156 |
| B) Segurança comportamental                                                                                |     |
| B-1) Segurança da (in)ação própria                                                                         | 156 |
| B-2) Segurança da (in)ação de terceiro                                                                     | 157 |
| C) Segurança fática                                                                                        | 159 |
| D) Segurança doutrinária                                                                                   | 159 |
| II – O modo de compreensão do objeto da segurança jurídica                                                 |     |
| A) Quanto ao caráter da compreensão                                                                        |     |
| A-1) Conceção unívoca do objeto                                                                            | 160 |
| A-2) Conceção alternativa do objeto                                                                        | 162 |
| B) Quanto ao objeto da compreensão                                                                         |     |
| B-1) Conceção objetivista do Direito                                                                       | 166 |
| B-2) Conceção argumentativa do Direito                                                                     | 166 |
| § 3º. Aspecto subjetivo (quem são os sujeitos da segurança?)                                               |     |
| I – Considerações introdutórias                                                                            | 167 |
| II – Perspectiva de quem irá se beneficiar com a segurança jurídica (segurança para quem?)                 |     |
| A) Segurança jurídica para um cidadão                                                                      | 167 |
| B) Segurança jurídica para os cidadãos                                                                     | 168 |
| C) Segurança jurídica para o Estado?                                                                       | 168 |
| III – Perspectiva de quem serve de critério para aferir a segurança jurídica (segurança na visão de quem?) |     |
| A) Segurança jurídica do ponto de vista do cidadão comum                                                   | 170 |
| B) Segurança jurídica do ponto de vista do operador do Direito                                             | 171 |
| C) Segurança jurídica do ponto de vista do Estado?                                                         | 172 |
| IV – Perspectiva de quem irá garantir a segurança jurídica (segurança por quem?)                           |     |
| A) Segurança jurídica pelo Poder Legislativo                                                               | 172 |
| B) Segurança jurídica pelo Poder Executivo                                                                 | 173 |
| C) Segurança jurídica pelo Poder Judiciário                                                                | 174 |

|                                                                                                         |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| § 4º. Aspecto temporal (ou segurança jurídica quando?)                                                  |            |
| I – Momento da realização do estado ideal .....                                                         | 175        |
| A) Segurança jurídica hoje .....                                                                        | 177        |
| B) Segurança jurídica ontem .....                                                                       | 178        |
| C) Segurança jurídica amanhã .....                                                                      | 178        |
| II – Momento da verificação ou da previsão do estado ideal .....                                        | 180        |
| § 5º. Aspecto quantitativo (ou segurança jurídica em que medida?)                                       |            |
| I – Quanto à grandeza                                                                                   |            |
| A) Segurança como certeza .....                                                                         | 181        |
| B) Segurança como determinabilidade .....                                                               | 183        |
| II – Quanto à medição                                                                                   |            |
| A) Exame fático .....                                                                                   | 187        |
| B) Exame normativo .....                                                                                | 187        |
| III – Quanto à medida suficiente                                                                        |            |
| A) Pouca insegurança .....                                                                              | 188        |
| B) Muita insegurança .....                                                                              | 189        |
| § 6º. Aspecto justificativo (ou segurança jurídica para quê e por quê?)                                 |            |
| I – Segurança com valor funcional .....                                                                 | 189        |
| II – Segurança com valor instrumental .....                                                             | 191        |
| Seção 6. Aspectos instrumentais – Os meios necessários à promoção do fim                                |            |
| § 1º. Aspecto material                                                                                  |            |
| I – Comportamento humano .....                                                                          | 195        |
| II – Efeitos .....                                                                                      | 196        |
| § 2º. Aspecto pessoal                                                                                   |            |
| I – Destinatário do dever de agir .....                                                                 | 197        |
| II – Beneficiário do dever de agir .....                                                                | 197        |
| <b>TÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA<br/>(OU QUALA BASE DA SEGURANÇA JURÍDICA?)</b> ..... | <b>201</b> |
| <b>Capítulo 1 – OS FUNDAMENTOS NA SUPERESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DO CONJUNTO</b> .....          | <b>211</b> |
| <b>Capítulo 2 – OS FUNDAMENTOS NA ESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DAS PARTES</b>                      |            |
| Seção 1. Fundamentos diretos                                                                            |            |
| § 1º. Proteção geral da “segurança” .....                                                               | 215        |
| § 2º. Proteção pontual da “segurança jurídica” .....                                                    | 218        |
| § 3º. Proteção de um dos efeitos da segurança jurídica .....                                            | 219        |
| Seção 2. Fundamentos indiretos                                                                          |            |
| § 1º. Por dedução                                                                                       |            |
| I – Princípios objetivos estruturantes                                                                  |            |
| A) Princípio do Estado de Direito .....                                                                 | 220        |
| B) Princípio do Estado Social de Direito .....                                                          | 225        |
| C) Princípio da divisão funcional dos Poderes .....                                                     | 228        |
| II – Princípio democrático .....                                                                        | 228        |

|                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| III – Princípios subjetivos de liberdade                                                              |            |
| A) Patrimoniais                                                                                       |            |
| A-1) Princípio da proteção da propriedade .....                                                       | 229        |
| A-2) Princípios da liberdade de exercício de profissão e de atividade econômica .....                 | 231        |
| B) Não-patrimoniais                                                                                   |            |
| B-1) Princípio da proteção da liberdade .....                                                         | 233        |
| B-2) Princípio da proteção da família .....                                                           | 236        |
| IV – Princípio da igualdade .....                                                                     | 237        |
| V – Princípio da dignidade humana .....                                                               | 239        |
| § 2º. Por indução                                                                                     |            |
| I – Princípios administrativos                                                                        |            |
| A) Princípio da moralidade .....                                                                      | 242        |
| B) Princípio da publicidade .....                                                                     | 245        |
| II – Princípios procedimentais .....                                                                  | 246        |
| III – Regras                                                                                          |            |
| A) Proibição de modificação constitucional .....                                                      | 247        |
| B) Legalidade .....                                                                                   | 248        |
| C) Anterioridade .....                                                                                | 249        |
| D) Irretroatividade .....                                                                             | 250        |
| E) Proibição de tributo com efeito de confisco .....                                                  | 250        |
| F) Reserva de lei complementar .....                                                                  | 251        |
| G) Atividade financeira do Estado .....                                                               | 252        |
| H) Atividade interventiva do Estado .....                                                             | 253        |
| I) Legitimação para ações diretas .....                                                               | 254        |
| Seção 3. Conclusões parciais .....                                                                    | 254        |
| <b>TÍTULO III – CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE SIGNIFICA SEGURANÇA JURÍDICA?) .....</b> | <b>259</b> |
| Capítulo 1 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICA .....                                                     | 263        |
| Capítulo 2 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA .....                                          | 294        |

---

SEGUNDA PARTE

CONTEÚDO E EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA

---

|                                                                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>TÍTULO I – CONTEÚDO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE EXIGE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA?) .....</b>                                                     | <b>301</b> |
| Capítulo 1 – DIMENSÃO ESTÁTICA                                                                                                                                 |            |
| Seção 1. Considerações iniciais .....                                                                                                                          | 313        |
| Seção 2. Cognoscibilidade material: “segurança de existência e vigência” pela acessibilidade, pela abrangência e pela possibilidade de identificação normativa |            |
| § 1º. Acessibilidade normativa                                                                                                                                 |            |
| I – Da disposição normativa                                                                                                                                    |            |
| A) Publicação .....                                                                                                                                            | 314        |

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| B) Intimação .....                                                                             | 317 |
| II – Da vigência .....                                                                         | 318 |
| § 2º. Abrangência normativa                                                                    |     |
| I – Codificação .....                                                                          | 318 |
| II – Normas gerais .....                                                                       | 320 |
| III – Pertinência .....                                                                        | 327 |
| § 3º. Possibilidade de identificação normativa                                                 |     |
| I – Norma aplicável .....                                                                      | 327 |
| II – Valor da norma aplicável .....                                                            | 332 |
| Seção 3. Cognoscibilidade intelectual: “segurança de conteúdo” pela inteligibilidade normativa |     |
| § 1º. Inteligibilidade pela clareza normativa .....                                            | 334 |
| § 2º. Inteligibilidade pela determinabilidade normativa                                        |     |
| I – Da norma                                                                                   |     |
| A) Clareza linguística .....                                                                   | 335 |
| B) Determinabilidade de conteúdo .....                                                         | 336 |
| II – Do ordenamento                                                                            |     |
| A) Coerência .....                                                                             | 349 |
| B) Consistência .....                                                                          | 350 |
| Seção 4. Considerações finais .....                                                            | 351 |

## Capítulo 2 – DIMENSÃO DINÂMICA

|                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Seção 1. Considerações iniciais .....                                                                                                                       | 353 |
| Seção 2. Confiabilidade normativa e o problema da permanência: “segurança de transição do passado ao presente” pela estabilidade e pela eficácia normativas |     |
| § 1º. Estabilidade normativa                                                                                                                                |     |
| I – Considerações iniciais .....                                                                                                                            | 356 |
| II – Dimensão objetiva                                                                                                                                      |     |
| A) Permanência do ordenamento jurídico                                                                                                                      |     |
| A-1) Pela manutenção de conteúdos: as cláusulas pétreas .....                                                                                               | 357 |
| A-2) Pela manutenção das normas: a durabilidade do ordenamento jurídico .....                                                                               | 357 |
| B) Intangibilidade de situações individuais por razões objetivas                                                                                            |     |
| B-1) Pelo transcurso do tempo                                                                                                                               |     |
| a) Decadência .....                                                                                                                                         | 360 |
| b) Prescrição .....                                                                                                                                         | 362 |
| B-2) Pela consolidação jurídica das situações                                                                                                               |     |
| a) Considerações iniciais .....                                                                                                                             | 363 |
| b) Ato jurídico perfeito .....                                                                                                                              | 365 |
| c) Direito adquirido .....                                                                                                                                  | 365 |
| d) Coisa julgada .....                                                                                                                                      | 366 |
| e) Fato gerador ocorrido .....                                                                                                                              | 369 |
| B-3) Pela consolidação fática das situações .....                                                                                                           | 370 |
| B-4) Pela ausência de prejuízo .....                                                                                                                        | 374 |

|                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| III – Dimensão subjetiva: intangibilidade de situações individuais por razões subjetivas |     |
| A) Considerações gerais sobre a proteção da confiança .....                              | 374 |
| B) Requisitos de aplicação                                                               |     |
| B-1) Base da confiança                                                                   |     |
| a) Considerações gerais .....                                                            | 381 |
| b) Critérios de configuração .....                                                       | 388 |
| B-2) Confiança .....                                                                     | 412 |
| B-3) Exercício da confiança .....                                                        | 413 |
| B-4) Frustração da confiança .....                                                       | 416 |
| C) Relação externa entre os critérios e ponderação .....                                 | 416 |
| D) Proteção da confiança e o Poder Legislativo: a mudança legislativa                    |     |
| D-1) Considerações introdutórias .....                                                   | 424 |
| D-2) Conteúdo normativo da proibição de retroatividade .....                             | 428 |
| D-3) Tipologia da (ir)retroatividade                                                     |     |
| a) Modificação retroativa das consequências jurídicas ....                               | 441 |
| b) Ligação retroativa de hipótese de incidência I .....                                  | 443 |
| c) Ligação retroativa de hipótese de incidência II .....                                 | 446 |
| d) Fatos pré-causados .....                                                              | 448 |
| D-4) Considerações finais .....                                                          | 449 |
| E) Proteção da confiança e o Poder Executivo: a mudança administrativa                   |     |
| E-1) Considerações introdutórias .....                                                   | 458 |
| E-2) Atuação administrativa abstrata e geral                                             |     |
| a) Atos normativos .....                                                                 | 463 |
| b) Prática administrativa .....                                                          | 467 |
| E-3) Atuação administrativa individual e concreta                                        |     |
| a) Atos administrativos .....                                                            | 467 |
| b) Contratos administrativos .....                                                       | 474 |
| E-4) Inação administrativa .....                                                         | 475 |
| E-5) Considerações finais .....                                                          | 476 |
| F) Proteção da confiança e o Poder Judiciário: a mudança jurisprudencial                 |     |
| F-1) Considerações iniciais .....                                                        | 477 |
| F-2) Conceito de mudança jurisprudencial .....                                           | 480 |
| F-3) Conceito de mudança jurisprudencial retroativa .....                                | 489 |
| F-4) Configuração da protetividade da confiança em caso de mudança jurisprudencial ..... | 497 |
| F-5) Meios de proteção da confiança em caso de mudança jurisprudencial .....             | 508 |
| IV – Excurso: modulação de efeitos de decisões com base na segurança jurídica            |     |
| A) Considerações iniciais .....                                                          | 514 |
| B) Pelo Tribunal Constitucional alemão                                                   |     |
| B-1) Hipóteses de aplicação                                                              |     |
| a) Só a nulidade não restaura a constitucionalidade .....                                | 520 |



|                                                                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| b) A nulidade não restaura automaticamente a constitucionalidade .....                                                                                                            | 528 |
| B-2) Pressupostos de aplicação .....                                                                                                                                              | 529 |
| C) Pelo Supremo Tribunal Federal                                                                                                                                                  |     |
| C-1) Considerações iniciais .....                                                                                                                                                 | 534 |
| C-2) Casos de declaração de inconstitucionalidade mitigada ....                                                                                                                   | 542 |
| C-3) Casos de declaração de incompatibilidade .....                                                                                                                               | 543 |
| a) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> total .....                                                                                               | 543 |
| b) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> parcial .....                                                                                             | 545 |
| c) Declaração de incompatibilidade com disposição provisória de prolongamento da validade .....                                                                                   | 547 |
| d) Declaração de incompatibilidade com disposição definitiva de prolongamento da validade e obrigação de modificação para o futuro .....                                          | 548 |
| C-4) Análise crítica                                                                                                                                                              |     |
| a) Da modulação em geral .....                                                                                                                                                    | 553 |
| b) Da modulação no Direito Tributário .....                                                                                                                                       | 559 |
| C-5) Requisitos para a modulação de efeitos                                                                                                                                       |     |
| a) Pressupostos .....                                                                                                                                                             | 580 |
| b) Finalidades .....                                                                                                                                                              | 584 |
| c) Procedimento .....                                                                                                                                                             | 591 |
| § 2º. Eficácia normativa: a “segurança de realização”                                                                                                                             |     |
| I – Considerações iniciais .....                                                                                                                                                  | 595 |
| II – Direito à proteção judicial .....                                                                                                                                            | 597 |
| III – Pressupostos de proteção judicial                                                                                                                                           |     |
| A) Institucionais .....                                                                                                                                                           | 598 |
| B) Processuais .....                                                                                                                                                              | 599 |
| IV – Instrumentos de proteção judicial .....                                                                                                                                      | 602 |
| Seção 3. Calculabilidade normativa e o problema da mudança: “segurança de transição do presente ao futuro” pela anterioridade, pela continuidade e pela vinculatividade normativa |     |
| § 1º. Considerações iniciais .....                                                                                                                                                | 603 |
| § 2º. Anterioridade normativa: a “segurança de eficácia” pela postergação de efeitos                                                                                              |     |
| I – Anterioridade de exercício financeiro .....                                                                                                                                   | 606 |
| II – Anterioridade nonagesimal .....                                                                                                                                              | 610 |
| III – Anterioridade razoável .....                                                                                                                                                | 611 |
| § 3º. Continuidade normativa: a “segurança rítmica” pela suavidade e pelas regras de transição .....                                                                              | 612 |
| § 4º. Vinculatividade normativa pela limitação, tempestividade e proibição de arbitrariedade                                                                                      |     |
| I – Limitação normativa                                                                                                                                                           |     |
| A) Limites estruturais                                                                                                                                                            |     |
| A-1) Regras e sua aplicação .....                                                                                                                                                 | 615 |
| A-2) Princípios e sua aplicação .....                                                                                                                                             | 620 |

|                                                                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| B) Limites formais e materiais aos Poderes                                                                    |            |
| B-1) Considerações iniciais .....                                                                             | 622        |
| B-2) Limites à atividade do Poder Legislativo                                                                 |            |
| a) Externa .....                                                                                              | 624        |
| b) Interna .....                                                                                              | 628        |
| B-3) Limites à atividade do Poder Executivo                                                                   |            |
| a) Externa .....                                                                                              | 629        |
| b) Interna .....                                                                                              | 630        |
| B-4) Limites à atividade do Poder Judiciário                                                                  |            |
| a) Externa .....                                                                                              | 633        |
| b) Interna .....                                                                                              | 634        |
| II – Tempestividade: a “segurança de definição” pela duração razoável do processo .....                       | 637        |
| III – Proibição de arbitrariedade .....                                                                       | 639        |
| <b>TÍTULO II – EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU QUAIS OS EFEITOS E O PESO DA SEGURANÇA JURÍDICA?) .....</b> | <b>643</b> |
| Capítulo 1 – FUNÇÃO NORMATIVA                                                                                 |            |
| Seção 1. Como princípio                                                                                       |            |
| § 1º. Na dimensão de subprincípio: função eficaz definitória .....                                            | 649        |
| § 2º. Na dimensão de sobreprincípio                                                                           |            |
| I – Função eficaz interpretativa .....                                                                        | 649        |
| II – Função eficaz reconfiguradora .....                                                                      | 650        |
| III – Função eficaz integrativa derivada .....                                                                | 651        |
| IV – Função eficaz de blindagem .....                                                                         | 651        |
| V – Função eficaz de suporte .....                                                                            | 652        |
| VI – Função eficaz rearticuladora .....                                                                       | 653        |
| § 3º. Na dimensão de princípio: função eficaz integrativa originária .....                                    | 655        |
| Seção 2. Como princípio concretizado em regra .....                                                           | 655        |
| Seção 3. Como direito subjetivo .....                                                                         | 656        |
| Capítulo 2 – FORÇA NORMATIVA                                                                                  |            |
| Seção 1. Conflitos internos .....                                                                             | 658        |
| Seção 2. Conflitos externos                                                                                   |            |
| § 1º. Tipologia                                                                                               |            |
| I – Eficácia “prima facie” .....                                                                              | 659        |
| II – Eficácia “pro tanto” .....                                                                               | 665        |
| III – Condição estrutural .....                                                                               | 668        |
| § 2º. Casos                                                                                                   |            |
| I – Segurança jurídica vs. justiça .....                                                                      | 670        |
| II – Segurança jurídica vs. finalidades estatais .....                                                        | 674        |
| CONCLUSÕES E TESES .....                                                                                      | 679        |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                              | 715        |